IA na AP: Utilização Responsável e Regulamento Europeu



16 Horas | **230 €**

Apresentação
A transformação digital das organizações e a crescente utilização de tecnologias de informação vieram aumentar significativamente a exposição a riscos de cibersegurança, tornando essencial a adoção de comportamentos seguros por parte de todos os colaboradores.

A maioria dos incidentes de segurança resulta de falhas humanas, pelo que a sensibilização e capacitação dos utilizadores constitui uma das principais medidas de prevenção de ciberataques, proteção da informação e continuidade da atividade das organizações.

A presente ação de formação visa desenvolver competências na área da cibersegurança, proporcionando aos participantes conhecimentos sobre os principais riscos existentes no ciberespaço, as boas práticas de proteção da informação, o enquadramento legal aplicável e o papel de cada colaborador na prevenção de incidentes de segurança informática.

Destinatários
A ação destina-se a colaboradores e dirigentes de organismos da Administração Pública, central, regional ou local, que utilizem, ou venham a utilizar, ferramentas de Inteligência Artificial generativa no exercício das suas funções.

Objetivos Gerais
- Compreender os fundamentos das ferramentas de Inteligência Artificial generativa e a sua aplicação na produção documental na Administração Pública;
- Identificar os riscos de confidencialidade e proteção de dados associados à utilização de IA;
- Aplicar boas práticas de transparência, responsabilização e revisão humana no uso de IA;
- Enquadrar a utilização de IA à luz do AI Act e contribuir para a definição de diretrizes internas de utilização responsável.

Objetivos Específicos
No final da formação, os participantes deverão ser capazes de:

- Utilizar técnicas de prompting eficazes na elaboração de documentos e tarefas administrativas;
- Explorar funcionalidades avançadas dos LLMs, como Projetos, memória e instruções personalizadas, para aumentar a produtividade;
- Reconhecer situações de risco na introdução de dados pessoais ou sensíveis em ferramentas de IA, incluindo questões de retenção e reutilização de informação;
- Aplicar o princípio de revisão humana sobre o conteúdo produzido com apoio de IA e identificar as situações em que é obrigatório sinalizar esse conteúdo;
- Classificar níveis de risco de sistemas de IA de acordo com o AI Act, aplicáveis a usos administrativos internos;
- Colaborar na elaboração de diretrizes internas mínimas para uma política de utilização responsável de IA.

Programa
Enquadramento geral e fundamentos de prompting (04H)
Formador: Sérgio Cunha

Conteúdos programáticos:

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt

1. O que são ferramentas de IA generativa e como estão a ser adotadas na produção documental na Administração Pública;
2. Casos de aplicação na AP: ganhos de produtividade, limites atuais e erros mais comuns numa fase de experimentação inicial;
3. O método PCOF (Papel, Contexto, Objetivo, Formato) e os princípios fundamentais de um prompt eficaz;
4. Exercício prático: transformar um pedido informal num prompt estruturado para uma tarefa administrativa real.

Confidencialidade e proteção de dados (04H)
Formadora: Patricia Macedo Alves

Conteúdos Programáticos:

1. Introdução de dados pessoais ou sensíveis em ferramentas de IA generativa: riscos e cenários típicos na Administração Pública;
2. Retenção e reutilização de informação pelos fornecedores de ferramentas de IA;
3. Transparência sobre conteúdo gerado por IA: quando a identificação é obrigatória e quando a revisão humana a dispensa;
4. Revisão humana e responsabilização: quem responde por um documento final produzido com apoio de IA.

Enquadramento no AI Act e diretrizes internas (04H)
Formadora: Patricia Macedo Alves

Conteúdos programáticos:

1. O Regulamento Europeu da IA: níveis de risco aplicáveis a usos administrativos internos e o dever de promoção da literacia em IA;
2. Obrigações associadas a cada nível de risco no contexto da Administração Pública;
3. Construção coletiva dos elementos mínimos de uma política de utilização responsável de IA para organismos públicos;
4. Discussão de responsabilidades entre o organismo, os trabalhadores e os fornecedores das ferramentas.

Produtividade avançada com espaços de trabalho persistentes (04H)
Formador: Sérgio Cunha

Conteúdos programáticos:

1. Funcionalidades avançadas dos LLMs, como Projetos, memória e instruções personalizadas, para tarefas recorrentes;
2. Prática guiada: configuração de um espaço de trabalho persistente para uma tarefa administrativa do dia a dia;
3. Consolidação das técnicas de prompting aplicadas a documentos e fluxos de trabalho mais complexos;
4. Boas práticas de utilização continuada, incluindo os cuidados a manter mesmo perante uma ferramenta já familiar.

Certificação
O Certificado Profissional da INCURSO é emitido no fim da formação através do Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO), na área criada especificamente para o registo das ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações, ao abrigo do n.º 6 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro e Portaria n.º 474/2010, de 8 de Julho, ficando associado ao Passaporte Qualifica - Registo Individual de Competências do formando.

- No final do curso os formandos que obtiverem aproveitamento têm direito a um Certificado de Formação Profissional conforme legislação em vigor.
- Os formandos sem aproveitamento recebem uma Declaração de Frequência de Formação Profissional, na qual onde constará carga horária e módulos da formação.

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt